

Universidade de Brasília (UnB)

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)

Bacharelado em Ciências Contábeis

Pedro Henrique Rodrigues Guimarães

PARTICIPAÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS NO CONTROLE SOCIAL:

Uma análise dos ingressantes e concluintes do curso de Ciências Contábeis da
Universidade de Brasília (UnB)

Brasília, DF

2013

Professor Doutor Ivan Marques de Toledo Camargo
Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Mauro Luiz Rabelo
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor Jaime Martins de Santana
Decano de Pesquisa e Pós-Graduação

Professor Doutor Tomás de Aquino Guimarães
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Mestre Wagner Rodrigues dos Santos
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professora Mestre Rosane Maria Pio da Silva
Coordenadora de Graduação do Curso de Ciências Contábeis – Diurno

Professor Doutor Bruno Vinícius Ramos Fernandes
Coordenador de Graduação do Curso de Ciências Contábeis – Noturno

Pedro Henrique Rodrigues Guimarães

PARTICIPAÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS NO CONTROLE SOCIAL:

Uma análise dos ingressantes e concluintes do curso de Ciências Contábeis da
Universidade de Brasília (UnB)

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)
apresentado ao Departamento de Ciências
Contábeis e Atuariais da Faculdade de
Economia, Administração e Contabilidade
como requisito à conclusão da disciplina
Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do
grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora:

Professora Mestre Rosane Maria Pio da Silva

Linha de Pesquisa:

Impactos da Contabilidade na Sociedade

Área:

Finanças/Orçamento Públicos

Brasília, DF

2013

GUIMARÃES, Pedro Henrique Rodrigues

Participação dos universitários no Controle Social: uma análise dos ingressantes e concluintes do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Brasília (UnB)

Pedro Henrique Rodrigues Guimarães – Brasília, 2013, 48. p.

Orientadora: Prof. Mestre Rosane Maria Pio da Silva

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia – Graduação) – Universidade de Brasília, 2º semestre letivo de 2013.

1. Controle Social. 2. Orçamento Participativo. 3. Conselhos Participativos.
I. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília.

Pedro Henrique Rodrigues Guimarães

PARTICIPAÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS NO CONTROLE SOCIAL:

Uma análise dos ingressantes e concluintes do curso de Ciências Contábeis da
Universidade de Brasília (UnB)

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)
apresentado ao Departamento de Ciências
Contábeis e Atuariais da Faculdade de
Economia, Administração e Contabilidade
como requisito à conclusão da disciplina
Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do
grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora:
Professora Mestre Rosane Maria Pio da Silva

Linha de Pesquisa:
Impactos da Contabilidade na Sociedade

Área:
Finanças/Orçamento Públicos

Prof. Mestre Rosane Maria Pio da Silva
Professor – Orientador

Prof. Mestre Lucas Oliveira Gomes Ferreira
Professor – Examinador

Brasília, DF

2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família e amigos pelo apoio e motivação de sempre. Destino agradecimento especial para mãe, avô, irmãos e Marina. Todos também são diretamente responsáveis pelos resultados e fazem parte da minha felicidade.

Sou grato à professora Rosane pelo auxílio e orientação no trabalho. Agradeço a participação dos colegas de curso nos questionários da pesquisa.

“Quer você acredite que consiga fazer uma coisa ou não, você está certo.”

(Henry Ford)

RESUMO

O presente trabalho visa identificar o grau de participação e de conhecimento dos universitários sobre o controle social e seus mecanismos, com foco no orçamento participativo, nos conselhos participativos em políticas públicas, no Portal da Transparência e nas manifestações populares. De início foi realizada pesquisa sobre tais ferramentas e as respectivas estruturas e destacada a importância dos estudantes universitários no controle social. Foram, então, aplicados questionários a 94 alunos ingressantes e a 57 alunos concluintes do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Brasília. Essa divisão em duas categorias possibilitou visualizar os efeitos da graduação no conhecimento e participação dos discentes no controle social. O questionário continha questões de múltipla escolha e questões baseadas na escala Likert sobre os mecanismos citados. Para análise e justificativa dos resultados foi utilizado o modelo de estudo descritivo. Foi verificado que a graduação tem efeito considerável no conhecimento dos alunos sobre controle social. Entretanto, verificou-se também que ainda há espaço para disseminação dos mecanismos existentes, de forma a aumentar a participação dos universitários na gestão pública.

Palavras-chave: Controle Social. Orçamento Participativo. Conselhos Participativos. Portal da Transparência. Manifestações populares.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 9 |
| 1.1. Objetivo geral | 10 |
| 2. REFERENCIAL TEÓRICO | 11 |
| 2.1. Controle | 11 |
| 2.2. Orçamento Participativo | 13 |
| 2.3. Conselhos Participativos | 15 |
| 2.4. Portal da Transparência | 18 |
| 2.5. Manifestações populares | 20 |
| 3. METODOLOGIA | 22 |
| 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS | 24 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 41 |
| APÊNDICE A – Questionário aplicado | 43 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 47 |

1. INTRODUÇÃO

A democracia representativa, por meio da qual a população elege representantes para atuarem em seu nome, é a modalidade que prevalece no Brasil. Embora seja aceita pela maioria da população, não é possível se assegurar que o representante irá atuar de acordo com a vontade daqueles a quem representa. A coisa pública nem sempre é gerida conforme o interesse coletivo e um grupo de agentes políticos pode direcionar suas ações para outros fins. Nesse contexto, o controle social surge como forma de exercício da democracia diretamente pelos cidadãos e para amenizar as disfunções causadas pela representação política.

O controle social compreende a participação da sociedade civil sobre as ações do Estado e constitui instrumento de expressão da democracia. Com essa democratização busca-se eliminar as formas autoritárias de gestão das políticas sociais e incentivar a adoção de práticas transparentes no serviço público. A população, por meio de instrumentos de controle social, fiscaliza e participa da execução de políticas públicas e do estabelecimento de prioridades que atendam as demandas sociais.

A fiscalização dos atos da administração pública nem sempre contou com a atuação de um dos principais interessados: o cidadão. A partir da Constituição Federal de 1988 foi dado maior incentivo à participação popular direta na definição e controle de atos públicos. Segundo Bresser Pereira (2001), com a reforma democrática e outras ações governamentais, os cidadãos passaram a contar com mais instrumentos participativos. Entre eles incluem-se o orçamento participativo, a criação de conselhos participativos em políticas públicas e a transparência das informações públicas em portais do governo.

A transparência deve nortear a atuação dos gestores públicos, de forma que o controle dos gastos públicos pela sociedade seja facilitado. Para que o controle da gestão pública seja feito de forma efetiva pelos cidadãos, estes devem ter acesso às operações efetuadas pelos agentes públicos. A disponibilização desse tipo de informações deve ser tida como dever do poder público, tendo em vista a supremacia do interesse público sobre o privado.

As universidades são peças fundamentais no processo de conscientização do papel dos estudantes no controle social. Além de formar profissionais para atuarem no mercado de trabalho, as instituições de ensino superior também devem visar à formação de cidadãos. Como produz conhecimento e o dissemina entre os discentes e docentes,

uma universidade deve ter consciência de sua responsabilidade social na construção da cidadania. A efetividade do controle social depende de conscientização da sociedade e disseminação dos meios existentes para seu exercício, que podem ser feitos pelas universidades.

Dessa forma, o objetivo desse trabalho foi verificar qual a aderência dos estudantes de Ciências Contábeis da Universidade de Brasília no Controle Social, focando em quatro de seus principais instrumentos: o orçamento participativo; os conselhos participativos em políticas públicas; o acesso a informações públicas no Portal da Transparência; e a adesão às manifestações populares.

Como a grade curricular do curso de Ciências Contábeis possui disciplinas que tratam do controle dos atos da administração pública e como forma de verificar a influência da Universidade na atuação dos estudantes como cidadãos, o trabalho direcionou sua análise para alunos ingressantes e alunos concluintes do curso.

Este trabalho está dividido em cinco partes, com enfoque em determinadas maneiras de participação do cidadão na gestão pública. Após a definição de controle da administração pública, são analisados os mecanismos e estruturas do orçamento participativo, dos conselhos participativos, do Portal da Transparência e das manifestações populares.

1.1. Objetivo geral

O objetivo geral desta pesquisa é verificar o nível de conhecimento e de participação dos universitários no Controle Social, bem como a influência do curso de graduação em Ciências Contábeis neste sentido.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Controle

O termo controle pode assumir diversos sentidos dependendo do contexto em que é utilizado. Dentro da estrutura do Estado, por exemplo, ele pode ser entendido de várias formas. Uma delas é o controle feito pelo próprio poder público, em que órgãos estatais e a própria administração pública fiscalizam os atos administrativos para garantir a observância de leis e de princípios. Di Pietro (2007, p. 672) conceitua controle como o “poder de fiscalização e correção que sobre ela exercem os órgãos dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, com o objetivo de garantir a conformidade de sua atuação com os princípios que lhe são impostos pelo ordenamento jurídico”.

Outra forma de controle da administração pública é o social, conceituado por Mafioleti (2005, p. 21) como “a possibilidade de atuação dos grupos sociais (sociedade civil), por meio de qualquer uma das vias de participação democrática, no controle das ações do Estado e dos gestores públicos”.

Rezende (2013), em artigo sobre o tema, cita que o controle social não é composto apenas de atos meramente fiscalizatórios. Tal mecanismo influencia o processo decisório e deve ser visto como um aspecto da vida da sociedade e do Estado, pois o descontrole pode resultar em perda da interação entre sociedade e Estado. Tal interação é indispensável para que o interesse público faça, de fato, parte das prioridades dos gestores governamentais.

Segundo definição do Portal da Transparência, o Controle Social consiste na participação dos cidadãos na gestão pública, intervindo na tomada da decisão administrativa e orientando a Administração para que adote medidas que realmente atendam ao interesse público. Trata-se de mecanismo de fortalecimento da cidadania e de ação direta da sociedade na gestão governamental.

Em obediência ao princípio constitucional da publicidade, o ente público deve prestar contas de todos os seus atos e disponibilizar informações sobre gastos públicos à população. Bresser-Pereira (1997, p. 18) diz que “através do controle social a sociedade se organiza formal e informalmente para controlar não apenas os comportamentos individuais, mas — e é isto que importa neste contexto — para controlar as organizações públicas”.

Corbari (2004) diz que o controle social não pode existir sem o *accountability*, pois para que haja fiscalização por parte da sociedade o Estado deve fornecer informações completas. Nesse sentido, Campos (1990) destaca que somente a organização de cidadãos vigilantes e conscientes de seus direitos cria condições para o *accountability* societal (exercido pela sociedade civil).

No atual ordenamento jurídico, diversas formas de controle social são colocadas à disposição dos brasileiros, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – Alguns mecanismos de controle social no ordenamento jurídico brasileiro

| Mecanismo | Disposição legal |
|--|---|
| Ação popular | Constituição Federal, Art. 5º: LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência; |
| Denúncia perante os tribunais de contas | Constituição Federal, Art. 74, § 2º: Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União. |
| Direito à informação | Constituição Federal, Art. 5º: XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. |
| Direito ao exame das contas governamentais | Lei de Responsabilidade Fiscal: Art. 49. As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade. |
| Direito de acompanhar a realização de licitações | Lei nº 8.666/1993: Art. 4º: Todos quantos participem de licitação promovida pelos órgãos ou entidades a que se refere o art. 1º têm direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido nesta lei, podendo qualquer cidadão acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos. |
| Direito de petição | Constituição Federal, Art. 5º: XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder. |
| Representação aos tribunais de contas | Lei nº 8.666/1993: Art. 113. O controle das despesas decorrentes dos contratos e demais instrumentos regidos por esta Lei será feito pelo Tribunal de Contas competente, na forma da legislação pertinente, ficando os órgãos interessados da Administração responsáveis pela demonstração da legalidade e regularidade da despesa e execução, nos termos da Constituição e sem prejuízo do sistema de controle interno nela previsto. § 1º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar ao Tribunal de Contas ou aos órgãos integrantes do sistema de controle interno contra irregularidades na aplicação desta Lei, para os fins do disposto neste artigo. |

Fonte: REIS (2006), adaptado.

Além das modalidades constantes do Quadro 1, é possível citar ainda o orçamento participativo, os conselhos participativos, o Portal da Transparência e as manifestações populares.

2.2. Orçamento Participativo

O controle se relaciona diretamente com o orçamento, uma vez que este surgiu exatamente com a finalidade de servir como instrumento de monitoramento. O orçamento é um dos mais importantes documentos de política dos governos, onde os objetivos das políticas públicas são harmonizados e sua implementação colocada de forma concreta. (BLOCH, 2013)

Segundo PIRES (2001, p. 13), o orçamento participativo consiste em “uma modalidade de participação popular que teve início e vem se consolidando num contexto específico do desenvolvimento socioeconômico e da vida política brasileira”. Com a adoção dessa metodologia, o cidadão tem a possibilidade de atuar na política não apenas por meio do voto, mas como sujeito proativo durante todo o mandato dos governantes.

O exercício da administração compartilhada através do Orçamento Participativo se apóia na real democracia, onde a sociedade civil desempenha um papel fundamental na administração pública. A implantação desse orçamento contribui para o aumento da participação popular na definição das políticas públicas. Como os cidadãos são os destinatários primários das ações do Estado, sua atuação direta por diálogos e debates com os governantes é essencial para a definição de prioridades nos gastos públicos.

O processo orçamentário é aperfeiçoado pelo orçamento participativo. Ao invés de se constituir de uma decisão monopolizada do Poder Executivo, as escolhas do orçamento são compartilhadas com a comunidade (GIACOMONI, 2001).

A principal proposta do orçamento participativo é a de que seja criado um espaço para exercício da cidadania ativa dentro do Estado. Tendo em vista que o montante de recursos do orçamento público não é o suficiente para satisfazer todos os anseios da população, a organização das prioridades de acordo com as demandas sociais é fundamental para que as políticas públicas sejam efetivas.

Os estudiosos da área não apontam uma metodologia padrão de orçamento participativo a ser utilizada pelo poder público. As situações concretas de cada estado

ou município devem servir de diretriz para o estabelecimento de um método que beneficie a população e viabilize a participação da maior quantidade de cidadãos possível.

No âmbito do Distrito Federal, a Secretaria de Governo, a Coordenadoria das Cidades e a Secretaria de Planejamento e Orçamento viabilizam o orçamento participativo, visando uma execução de gestão transparente e democrática. A atuação direta da população se viabiliza em diversos momentos da gestão pública, como nas audiências públicas de discussão da proposta orçamentária, no acompanhamento de programas em andamento e na fiscalização da execução orçamentária.

No Distrito Federal, o orçamento participativo foi regulamentado pelo Decreto nº 33.712, de 14 de junho 2012. Nele são estabelecidos os princípios que regem o orçamento participativo no DF:

- I – a participação popular, fundamentada na gestão participativa, democrática e compartilhada dos recursos públicos;
- II – a transparência administrativa, em decorrência da utilização de mecanismos de fiscalização direta da população sobre as matérias orçamentárias;
- III – a definição popular das prioridades orçamentárias em consonância com o programa de governo, objetivando assegurar maior eficiência na alocação dos recursos públicos no atendimento das necessidades básicas da população com relação a bens e serviços.

A partir de 2012 foram instaladas as Plenárias de Base, onde os cidadãos podem discutir, apresentar suas prioridades e eleger delegados. Essas plenárias são realizadas em todos os setores do Distrito Federal e são organizadas por meio do credenciamento das quadras ou grupos de quadras. Cada grupo com número igual ou superior a dez pessoas tem o direito de apresentar uma proposta para o orçamento participativo e, caso haja mais de trinta pessoas em um grupo, este pode apresentar mais de uma proposta.

Cada grupo de dez pessoas elege um delegado, que integra o Fórum de Delegados da respectiva região administrativa. Nesses fóruns são definidas as prioridades que serão enviadas aos órgãos técnicos de elaboração do orçamento. A quantidade de prioridades é estabelecida de acordo com a quantidade de delegados. Se a região possui até 100 delegados, tem direito a estabelecer 1 prioridade; se possui de 101

a 200 delegados, estabelece 2 prioridades; se possui de 201 a 300 delegados, estabelece 3 prioridades, e assim sucessivamente.

Os delegados priorizam e hierarquizam as propostas encaminhadas pelas Plenárias de Base, consolidando o Plano de Investimentos e Serviços Regional a ser enviado ao Conselho do Orçamento Participativo do Distrito Federal.

Em 2012, a votação para escolha das prioridades do DF ocorreu nas reuniões plenárias pela Internet. De acordo com o *site* da Secretaria de Estado da Casa Civil do DF, as cinco prioridades mais votadas foram as dispostas no Quadro 2.

Quadro 2 – Prioridades estabelecidas pela população no Orçamento Participativo do DF em 2012

| Prioridade | Quantidade de votos |
|--|---------------------|
| Construção do Hospital Regional de São Sebastião | 3.526 |
| Construção da Escola de Ensino Fundamental da Quadra 501 do Trecho 1 do Sol Nascente, em Ceilândia | 2.718 |
| Construção do Ginásio Coberto do Centro de Ensino Médio 414 de Samambaia | 2.567 |
| Asfaltamento do trecho que liga Brazlândia a Sobradinho pela DF-220 | 2.539 |
| Construção de centro de saúde com pronto atendimento 24 horas no Riacho Fundo II | 2.091 |

Fonte: Secretaria de Estado da Casa Civil do DF (<http://www.casacivil.df.gov.br/>).

No que diz respeito à concretização das decisões, o projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) do Distrito Federal contempla as solicitações da população encaminhadas através do Orçamento Participativo. Entretanto, atualmente essas solicitações são disciplinadas apenas por meio de anexo da LOA, sem serem expressamente incluídas nas dotações orçamentárias.

O Anexo XXXI da LOA do Distrito Federal dispõe sobre as prioridades e suas respectivas ações, subtítulos, descrições e unidades orçamentárias. Entretanto, ainda não há especificação das dotações a serem destinadas para a realização de tais projetos. A efetividade do estabelecimento de prioridades pelos cidadãos pode ser prejudicada pela falta de vinculação expressa de recursos orçamentários a cada uma das prioridades.

2.3. Conselhos Participativos

Os conselhos participativos estão inseridos no contexto de busca por uma maior participação popular nas decisões do Estado. Podem ser considerados como uma

maneira de ultrapassar a participação por meio da democracia representativa e garantir maior influência direta da sociedade nas decisões públicas.

Os conselhos participativos permitem o exercício do controle social por meio de suas funções deliberativa, fiscalizatória e consultiva. A Carta Magna Brasileira institucionalizou os conselhos, conforme art. 194, inciso VII da CF/88, estabelecendo o caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, representado pelos seus trabalhadores e empresários. (OLIVEIRA, 2004)

De acordo com Carneiro (2006), os conselhos de políticas públicas, em que o Estado e a sociedade participam de forma paritária, possibilitam a participação popular na condução das políticas públicas e, portanto, do funcionamento do Estado. Ainda segundo a autora, os conselhos tem a capacidade de colocar tópicos na agenda pública, de controlar seu desenvolvimento e de monitorar processos de implementação de políticas e direitos, através de uma institucionalidade híbrida, composta de representantes do governo, da sociedade civil e de especialistas na área.

A participação de três setores distintos (Estado, população e profissionais da área) nos conselhos auxilia na consecução dos objetivos das políticas públicas. O Estado, guiando-se pelas prioridades estabelecidas pelos cidadãos e pela opinião dos profissionais da área, toma suas decisões de modo a atender a maior parte dos interesses sociais com eficiência e eficácia.

Santana (2008, p. 36) destaca o movimento do Estado em incentivar a participação popular no controle das ações governamentais. Segundo o autor, “esta participação está sendo organizada prioritariamente, segundo o nosso sistema jurídico-administrativo, através de conselhos, com a participação da população diretamente impactada com o programa específico, a exemplo dos conselhos de educação, saúde e assistência social, que possuem a participação dos profissionais da área e da população beneficiada pela execução do programa”.

Avelino (2012, p. 83) assinala que “grande parte dos conselhos hoje existentes procura seguir a estrutura de organização da área da saúde: um conselho nacional como órgão normativo superior, um sistema de políticas participativo e descentralizado, conferências nacionais periódicas, existência de conselhos equivalentes nos níveis estadual e municipal e vinculação com fundos de financiamento específicos”. Tal estrutura é replicada por sua eficiência na gestão das políticas do Sistema Único de Saúde (SUS).

Destacam-se, no âmbito do Distrito Federal, os seguintes conselhos:

Quadro 3 – Principais conselhos participativos do Distrito Federal e suas vinculações

| Conselho | Vinculação |
|--|---|
| Conselho de Saúde do Distrito Federal | Secretaria de Estado da Saúde |
| Conselho de Assistência Social do Distrito Federal | Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda |
| Conselho de Educação do Distrito Federal | Secretaria de Estado da Educação |
| Conselho de Alimentação Escolar do Distrito Federal | Secretaria de Estado da Educação |
| Conselho de Políticas de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal | Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento |
| Conselho de Cultura do Distrito Federal | Secretaria de Estado da Cultura |
| Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal | Estrutura autônoma |

Fonte: Sites das Secretarias de Estado.

No Distrito Federal, a própria Lei Orgânica do DF contém previsão direta da criação e existência de determinados conselhos participativos, como, por exemplo:

Art. 244. O Conselho de Educação do Distrito Federal, órgão consultivo-normativo de deliberação coletiva e de assessoramento superior à Secretaria de Educação, incumbido de estabelecer normas e diretrizes para o Sistema de Ensino do Distrito Federal, com as atribuições e composição definidas em lei, terá seus membros nomeados pelo Governador do Distrito Federal, escolhidos entre pessoas de notório saber e experiência em educação, que representem os diversos níveis de ensino, o magistério público e o particular no Distrito Federal.

(...)

Art. 246. § 3º O Conselho de Cultura do Distrito Federal, com estrutura, composição, competência e funcionamento definidos em lei, é órgão normativo e articulador da ação cultural no Distrito Federal, vinculados a ele os conselhos de cultura de cada Região Administrativa.

(...)

Art. 261. O Poder Público manterá o Conselho de Comunicação Social do Distrito Federal, integrado por representantes de entidades da sociedade civil e órgãos governamentais vinculados ao Poder Executivo, conforme previsto em legislação complementar.

2.4. Portal da Transparência

O crescente desenvolvimento da tecnologia da informação possibilitou ao Estado a informatização de diversas de suas atividades. Entre elas, destaca-se a comunicação com o público interno e com os cidadãos. A construção de portais governamentais na Internet se tornou uma diretriz no setor público, de forma que sejam disponibilizadas informações aos cidadãos de forma tempestiva.

O Portal da Transparência foi desenvolvido pela Controladoria-Geral da União (CGU) e funciona desde 2004. Seu objetivo é aumentar a transparência da gestão pública, possibilitando ao cidadão o acompanhamento dos gastos públicos em tempo real.

O Decreto nº 5.482/2005 dispôs que o Portal da Transparência tem por finalidade veicular dados e informações detalhadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, compreendendo:

- I - gastos efetuados por órgãos e entidades da administração pública federal;
- II - repasses de recursos federais aos Estados, Distrito Federal e Municípios;
- III - operações de descentralização de recursos orçamentários em favor de pessoas naturais ou de organizações não-governamentais de qualquer natureza; e
- IV - operações de crédito realizadas por instituições financeiras oficiais de fomento.

O citado decreto obrigou os órgãos e entidades da administração pública federal a fornecerem à Controladoria-Geral da União os dados necessários para a plena consecução dos objetivos do Portal da Transparência. Essas informações devem ser prestadas até o décimo quinto dia útil subsequente ao da execução orçamentária.

Além de prestar informações mensais à CGU, as entidades e órgãos da administração pública devem manter páginas denominadas “Transparência Pública”, para divulgação de informações relativas à execução orçamentária e financeira, contratos e licitações.

A Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) dispõe sobre a responsabilidade na gestão fiscal, que pressupõe ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. O Capítulo IX da LRF trata da transparência, do controle e da fiscalização e dispõe que os planos,

orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, as prestações de contas e respectivos pareceres, o relatório de gestão fiscal, entre outros, são instrumentos de transparência da gestão fiscal que devem ser amplamente divulgados, inclusive por meio eletrônico.

A LRF, em seu artigo 48, diz ainda que a transparência deve ser assegurada por:

- I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;
- II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;
- III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Tais disposições reforçam a importância da transparência dos atos administrativos para o controle social. As informações liberadas em tempo real e de forma fidedigna auxiliam os cidadãos a exercerem sua função de controladores das políticas públicas. Ainda, a participação popular na elaboração dos planos e orçamentos deve ser incentivada pelos gestores públicos, de modo que as prioridades da sociedade sejam colocadas em pauta e sirvam de base para as discussões do Poder Legislativo.

As informações pormenorizadas a que se refere o artigo 48 da LRF são divididas em receita e despesa:

- I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;
- II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

O Portal da Transparência reuniu todas essas informações em âmbito federal, possibilitando o acesso pelos cidadãos aos dados sobre a execução orçamentária e financeira da União.

Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por disposição legal, também devem viabilizar o acesso a informações. Entretanto, apesar de as boas práticas indicarem, o acesso não necessariamente deve ser por página idêntica à do Portal da Transparência.

De acordo com informações da Controladoria-Geral da União, em 2012 foram efetuados mais de oito milhões de acessos ao site do Portal da Transparência. A média mensal de acessos totalizou 680.837.

2.5. Manifestações populares

Em junho de 2013, teve início uma série de manifestações populares pelo Brasil. Inicialmente, as reivindicações se relacionavam com o aumento das tarifas de transporte coletivo em diversas capitais. Entretanto, com o aumento da adesão de pessoas aos protestos, diversos temas entraram na pauta dos manifestantes. Entre eles destacam-se o combate à corrupção, o arquivamento da proposta de emenda à Constituição que retirava poderes investigatórios do Ministério Público (PEC 37), os altos gastos com eventos esportivos (Copa do Mundo e Olimpíadas) e os baixos investimentos em áreas prioritárias, como saúde e educação.

Essas manifestações se iniciaram de forma concentrada em apenas algumas cidades, porém chegaram a mobilizar milhões de pessoas pelo país. A *Internet* foi uma das maiores responsáveis pela disseminação dos acontecimentos em tempo real. O uso de mídias sociais foi essencial para o rápido crescimento do número de manifestantes, servindo de meio de divulgação dos protestos.

SANTOS (2013, p. 18) destaca que as recentes “manifestações tiveram um papel imprescindível na democratização brasileira, no sentido de que os movimentos populares urbanos em particular permanecem provocando mudanças nas atitudes políticas, pelo menos anunciadas, cujo cerne é a busca por melhores condições de vida e de acesso a direitos sociais básicos (saúde, educação, segurança, transporte público), menos corrupção e uso correto de gastos resultantes dos impostos pagos pela sociedade”.

A luta pelo aumento dos direitos sociais está relacionada com a ampliação do espaço público, no qual a sociedade civil possa se manifestar e ser representada. Os usuários de serviços públicos se unem e constituem uma organização coletiva. Esse tipo

de representação é um mecanismo fundamental para o exercício do controle social. (MARTINS, 2007)

O controle social exercido pelas manifestações populares se difere por não possuir estrutura pré-definida. Em geral, qualquer pessoa é habilitada a participar dos protestos, o que fortalece o movimento e permite o aumento da eficácia das demandas expostas pelos manifestantes.

3. METODOLOGIA

Este trabalho se caracteriza como um estudo descritivo, que, segundo Gil (2008), tem por objetivo a descrição das características de uma população, fenômeno ou experiência, estabelecendo relações entre as variáveis.

Como técnica de pesquisa, um questionário foi aplicado, visando avaliar o grau de participação dos estudantes do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Brasília no Controle Social dos gastos e das políticas públicas.

Para entendimento do tema foi realizada busca literária em obras e em artigos sobre o assunto. Foram levantadas informações sobre os mecanismos do orçamento participativo e sua estrutura no Distrito Federal; sobre o Portal da Transparência organizado pela Controladoria Geral da União; sobre os conselhos participativos e sua estrutura no Distrito Federal; e sobre as recentes manifestações populares no Brasil.

A população a ser analisada consiste em alunos ingressantes e alunos concluintes do curso de Ciências Contábeis. Assim, a amostra foi selecionada entre os universitários que cursavam as disciplinas “Contabilidade Geral 1” e “Laboratório Contábil Empresarial”, que representam, respectivamente, os ingressantes e os concluintes no 2º semestre letivo de 2013.

Do total de 224 alunos matriculados em “Contabilidade Geral 1”, 94 responderam o questionário, representando uma porcentagem amostral de 42%. Já quanto aos 90 alunos matriculados em “Laboratório Contábil Empresarial”, 57 responderam o questionário, representando uma porcentagem amostral de 63%.

Segundo Gressler (2004), na seleção de amostras o entrevistador tem a liberdade de selecionar, proporcionalmente, 10% dos elementos, ou a porcentagem suficiente para considerar a amostra representativa. Tendo em vista que nem todos os estudantes apresentaram disponibilidade para responder o questionário aplicado, os resultados obtidos com as amostras (42% dos ingressantes e 63% dos concluintes) foram considerados generalizáveis à população.

De forma a definir o perfil do respondente foram dispostas questões sobre o sexo, a faixa etária, o turno do curso, a forma de ingresso na Universidade e a atividade profissional. Também compõem a pesquisa quatro questões de múltipla escolha sobre os temas focados no trabalho (controle social, orçamento participativo, Portal da Transparência e conselhos participativos), todas fechadas e com alternativas relacionadas ao conhecimento e à participação do respondente no Controle Social.

O enfoque do trabalho nos quatro mecanismos citados acima se deu por motivos relevantes. O orçamento participativo foi incluído por constar na ementa da disciplina obrigatória “Execução da Gestão Pública”. O Portal da Transparência foi escolhido por ser o portal de informações públicas mais acessado no país atualmente. Já os conselhos participativos se destacam no âmbito do Distrito Federal devido à recente institucionalização de diversos deles. Por fim, as manifestações populares foram escolhidas pela importância que adquiriram no segundo semestre de 2013.

Outras dez questões foram dispostas na forma de escala Likert de cinco pontos. Estas visavam conhecer o grau de envolvimento, participação e motivação do respondente no controle social em seus diversos mecanismos. O questionário, na íntegra, se encontra no apêndice deste trabalho.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Quadro 4 – Perfil dos respondentes do questionário

| | Ingressantes | | Concluintes | |
|------------------------|---------------------------------------|------------|---------------------------------------|------------|
| | Qtd. | % | Qtd. | % |
| Sexo | Feminino | 51 54,26% | Feminino | 23 40,35% |
| | Masculino | 43 45,74% | Masculino | 34 59,65% |
| Idade | de 16 a 25 | 88 93,62% | de 16 a 25 | 49 85,96% |
| | de 26 a 34 | 6 6,38% | de 26 a 34 | 6 10,53% |
| | de 35 a 44 | 0 0,00% | de 35 a 44 | 2 3,51% |
| | 45 acima | 0 0,00% | 45 acima | 0 0,00% |
| Turno do curso | Diurno | 48 51,06% | Diurno | 35 61,40% |
| | Noturno | 46 48,94% | Noturno | 22 38,60% |
| Forma de ingresso | Vestibular | 83 88,30% | Vestibular | 40 70,18% |
| | ENEM | 0 0,00% | ENEM | 0 0,00% |
| | PAS | 10 10,64% | PAS | 14 24,56% |
| | Transferência obrigatória/facultativa | 0 0,00% | Transferência obrigatória/facultativa | 3 5,26% |
| | Portador de diploma superior | 1 1,06% | Portador de diploma superior | 0 0,00% |
| Atividade profissional | Servidor ou empregado público | 9 9,57% | Servidor ou empregado público | 19 33,33% |
| | Empregado de empresa privada | 6 6,38% | Empregado de empresa privada | 6 10,53% |
| | Autônomo/empresário | 2 2,13% | Autônomo/empresário | 1 1,75% |
| | Estagiário | 7 7,45% | Estagiário | 13 22,81% |
| | Estudante em tempo integral | 70 74,47% | Estudante em tempo integral | 18 31,58% |
| | Total de respondentes | 94 100,00% | Total de respondentes | 57 100,00% |

Fonte: dados da pesquisa.

Pelo perfil dos respondentes do questionário, nota-se que a distribuição de sexo entre os estudantes está equilibrada. Quanto à idade, a grande maioria está incluída na faixa etária de 16 a 25 anos. No que se refere ao turno, houve equivalência na categoria dos ingressantes e diferença na categoria dos concluintes, que, em sua maioria, pertencem ao turno diurno.

Quanto à forma de ingresso, a maioria dos respondentes entrou na Universidade de Brasília por meio do vestibular. No que tange à atividade profissional dos respondentes, houve diferença entre as duas categorias. Os ingressantes, em sua grande maioria (74,47%), são estudantes em tempo integral. Já os concluintes se distribuem de forma equivalente entre servidores/empregados públicos, empregados de empresa privada, estagiários e estudantes em tempo integral.

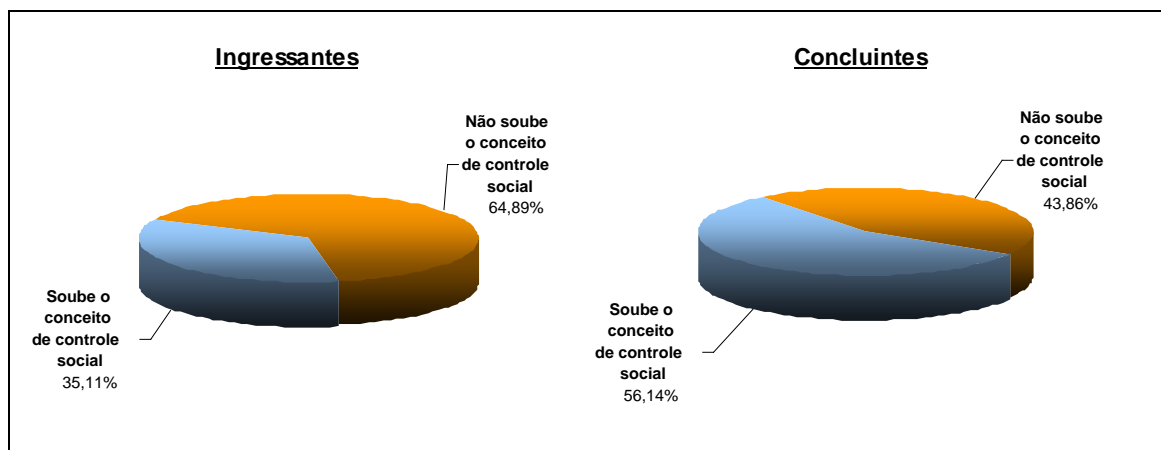
A principal disparidade entre os respondentes ingressantes e concluintes se situa na atividade profissional exercida pelos estudantes. Tal diferença, em tese, pode representar diminuição do tempo disponível aos alunos para que acessem os

mecanismos disponíveis e exerçam o controle social de forma efetiva. Os estudantes em tempo integral, por não dedicarem parte de seu tempo ao exercício profissional, são cidadãos ativos em potencial.

Após a definição do perfil dos respondentes, a primeira questão se referia ao conceito de “controle social”. Foram apresentadas cinco alternativas, sendo que apenas uma delas reproduzia o conceito do termo disponível no Portal da Transparência. As demais apresentavam conceitos com impropriedades e a opção “Não sei o conceito de controle social”.

Nota-se no Gráfico 1 que houve diferença no percentual de alunos de cada categoria que souberam o conceito de controle social. Quase dois terços dos alunos ingressantes (64,89%) não conceituaram corretamente o termo. Já quanto aos concluintes, mais da metade (56,14%) respondeu de forma correta. Tal fato pode ser explicado pela existência de disciplinas obrigatórias como “Programação Fiscal e Financeira”, “Execução da Gestão Pública” e “Controle e Avaliação da Gestão Pública” na grade curricular do curso de Ciências Contábeis, que tratam do tema e aprimoram o conhecimento dos estudantes durante a graduação.

Gráfico 1 – Entendimento do conceito de “controle social”



Fonte: dados da pesquisa.

A segunda questão, cujos resultados estão descritos no Gráfico 2, fazia referência ao orçamento participativo (OP). Foi solicitado aos respondentes que opinassem sobre seu conhecimento do tema e sobre o conhecimento da estrutura do orçamento participativo do Distrito Federal.

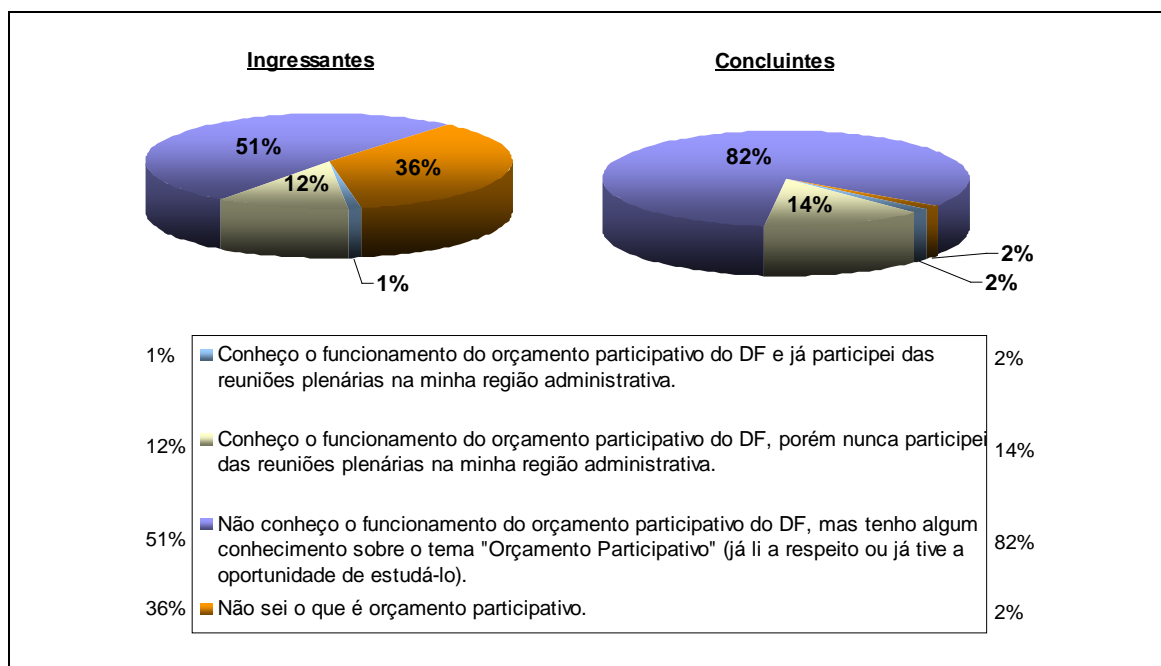
Praticamente a metade dos ingressantes (51%) respondeu que não conhece o funcionamento do orçamento participativo do DF, mas que possui algum conhecimento

sobre o tema. Cerca de um terço (36%) demonstrou não conhecer o tema. Apenas 13% dos respondentes conheciam o funcionamento do orçamento participativo do DF.

Quanto aos concluintes, somente 2% responderam não saber o que é orçamento participativo. Quase todos os respondentes desta categoria (82%) não conheciam o funcionamento do OP do DF, porém possuíam conhecimento sobre o tema. 16% dos estudantes mostraram possuir conhecimento sobre a estrutura desse tipo de orçamento no DF.

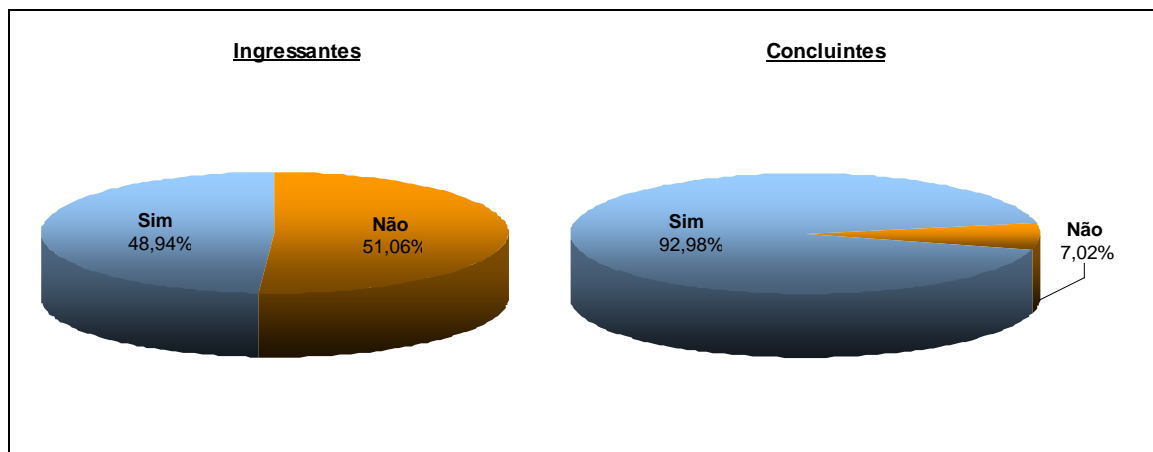
A diferença entre o conhecimento sobre o tema “orçamento participativo” nas duas categorias pode ser explicada pela existência de disciplinas que tratam, mesmo que indiretamente, do tema. Dessa forma, o conhecimento dos alunos sobre o tema é aprimorado durante a graduação.

Gráfico 2 – Conhecimento sobre orçamento participativo



Fonte: dados da pesquisa.

A terceira pergunta do questionário tratava do assunto “Portal da Transparência”. Conforme informações do Gráfico 3, o resultado da questão mostra que há maior conhecimento desse *site* pelos alunos concluintes do que pelos ingressantes. Tal fato pode ser explicado pela apresentação do Portal da Transparência em determinadas disciplinas da grade curricular do curso de Ciências Contábeis.

Gráfico 3.A – Conhecimento do Portal da Transparência

Fonte: dados da pesquisa.

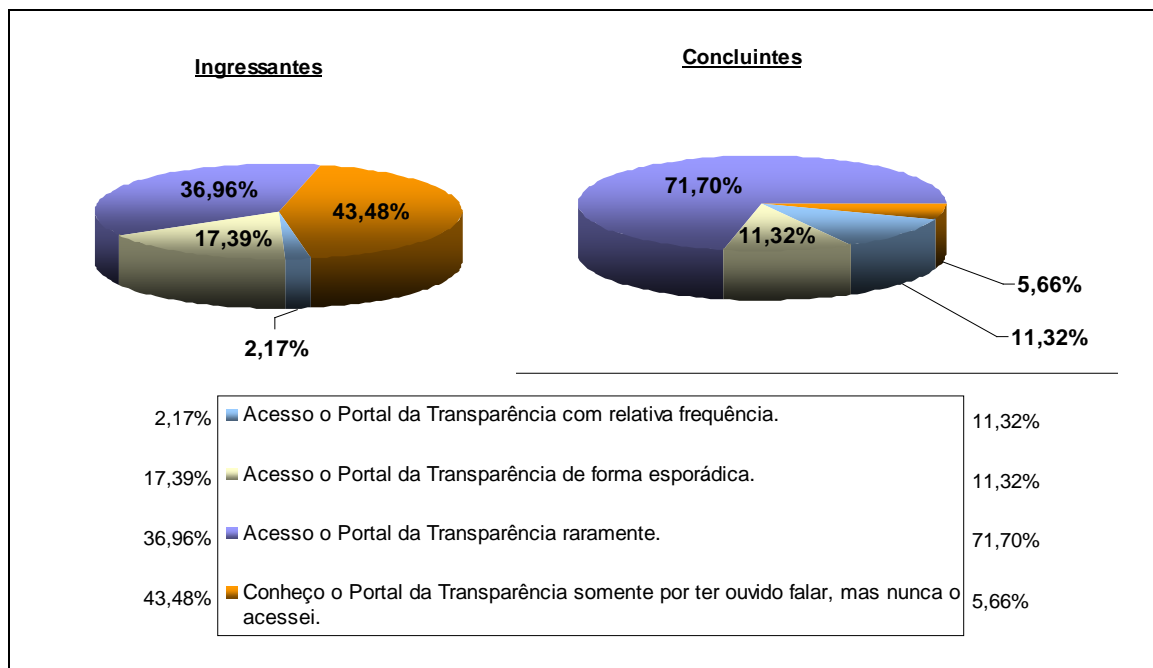
A questão sobre o Portal da Transparência foi desdobrada para descobrir a frequência de acesso daqueles que demonstraram conhecer o *site*. Assim, aqueles que afirmaram já ter acessado o Portal tiveram de responder outra pergunta sobre a periodicidade do acesso.

Quase metade dos ingressantes (43,48%) respondeu que conhece o portal, porém nunca o acessou. Apenas 19,56% dos respondentes dessa categoria responderam que o acessam mais vezes (com relativa frequência ou de forma esporádica).

Quanto aos concluintes, apenas 5,66% responderam conhecer o Portal da Transparência, porém sem nunca o ter acessado. No total, mais de 20% dos estudantes dessa categoria confirmaram que acessam o *site* mais vezes (com relativa frequência ou de forma esporádica).

Comparando os percentuais, a parcela de alunos que nunca acessou o Portal da Transparência é maior na categoria de ingressantes. Tal fato mostra que, no decorrer da graduação em Ciências Contábeis, os alunos são incentivados a acessar o portal e ter acesso às informações nele disponibilizadas.

Gráfico 3.B – Frequência de acesso ao Portal da Transparência



Fonte: dados da pesquisa.

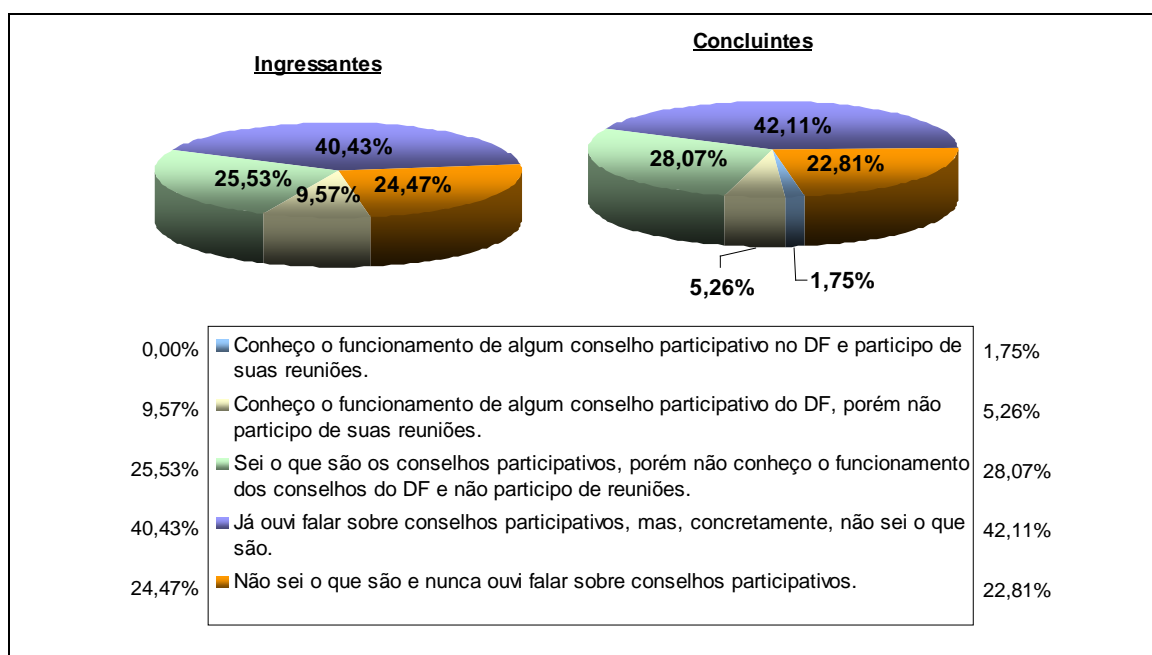
A nona pergunta do questionário fazia referência aos conselhos participativos e sua estrutura no Distrito Federal. A questão tinha por objetivo avaliar se o estudante conhecia o funcionamento de algum conselho do DF, participava de suas reuniões ou se apenas sabia o conceito do termo.

Tanto na categoria de ingressantes quanto na categoria de concluintes prevaleceu a resposta de que os estudantes já haviam ouvido falar sobre conselhos participativos, mas, concretamente, não sabiam o que eram.

O percentual de ingressantes que demonstrou conhecer o funcionamento de algum conselho participativo do DF (9,57%) foi maior do que o de concluintes (5,26%). Apesar disso, nenhum dos novos alunos do curso de Ciências Contábeis confirmou participar de reuniões dos conselhos, ao contrário dos concluintes (em que 1,75% respondeu que conhece o funcionamento e participa de reuniões).

A similaridade dos resultados dessa questão pode ser explicada pela maior dificuldade em acessar os conselhos de políticas públicas. Em tais estruturas os cidadãos são representados por conselheiros, que, em geral, representam determinadas categorias da sociedade. Apesar dessa representatividade, o exercício do controle social por cidadãos comuns (aí incluídos a maioria dos universitários) é mais dificultoso.

Gráfico 4 – Conhecimento sobre conselhos participativos



Fonte: dados da pesquisa.

A décima questão apresentava ao respondente diversas informações que estão disponíveis para acesso por qualquer cidadão. Os estudantes deveriam, então, assinalar quais já foram acessadas por qualquer motivo.

No caso dos 94 ingressantes que responderam o questionário, apenas informações sobre remuneração de servidores públicos já foram acessadas por mais da metade dos estudantes. Relatórios de gestão fiscal, emendas parlamentares ao orçamento, contratos da administração pública e prestação de contas do chefe do Poder Executivo foram acessadas por menos de 10% dos respondentes. Leis orçamentárias foram acessadas por cerca de 25% dos ingressantes.

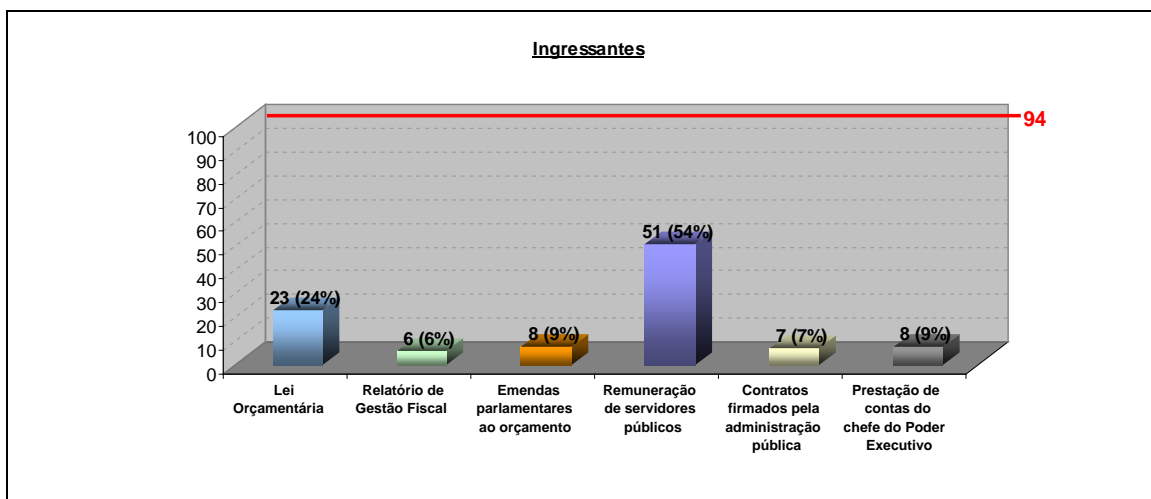
Já quanto aos 57 concluintes, o percentual de acesso a todas as informações foi maior. Leis orçamentárias, relatórios de gestão fiscal e remuneração de servidores públicos foram acessados por mais da metade dos respondentes dessa categoria. Por sua vez, contratos da administração pública e prestação de contas do chefe do Executivo foram acessados por aproximadamente 25% desses estudantes. Informações sobre emendas parlamentares foram consultadas por 19% dos concluintes.

Os resultados dessa questão mostram que a graduação auxilia na difusão de determinadas informações públicas. A exigência de consulta a, por exemplo, leis orçamentárias e relatórios de gestão fiscal em disciplinas do currículo do curso de

Ciências Contábeis torna claro aos estudantes que essas informações estão à disposição de todos. Isso incentiva o exercício do controle social pelos universitários, auxiliando na formação de cidadãos ativos.

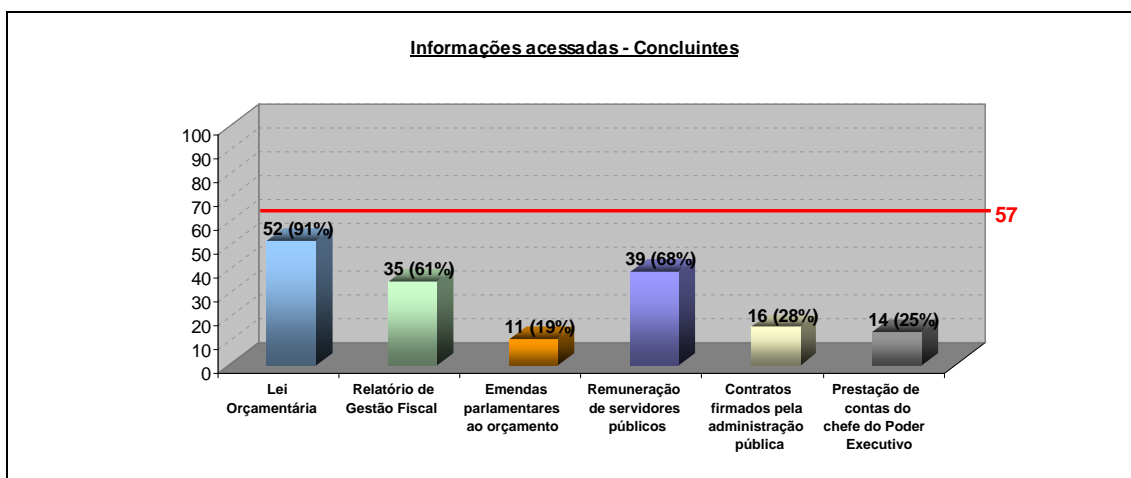
Outro fato que pode ser notado se refere ao acesso à remuneração de servidores públicos. Em conjunto com a exigência de disponibilização dessas informações nos *sites* dos órgãos públicos, a recente divulgação pela mídia universalizou o acesso dos cidadãos a esse tipo de dado. Tanto na categoria de ingressantes quanto na de concluintes nota-se que uma parte considerável dos estudantes já consultou tal informação.

Gráfico 5.A – Informações acessadas pelos 94 ingressantes



Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 5.B – Informações acessadas pelos 57 concluintes



Fonte: dados da pesquisa.

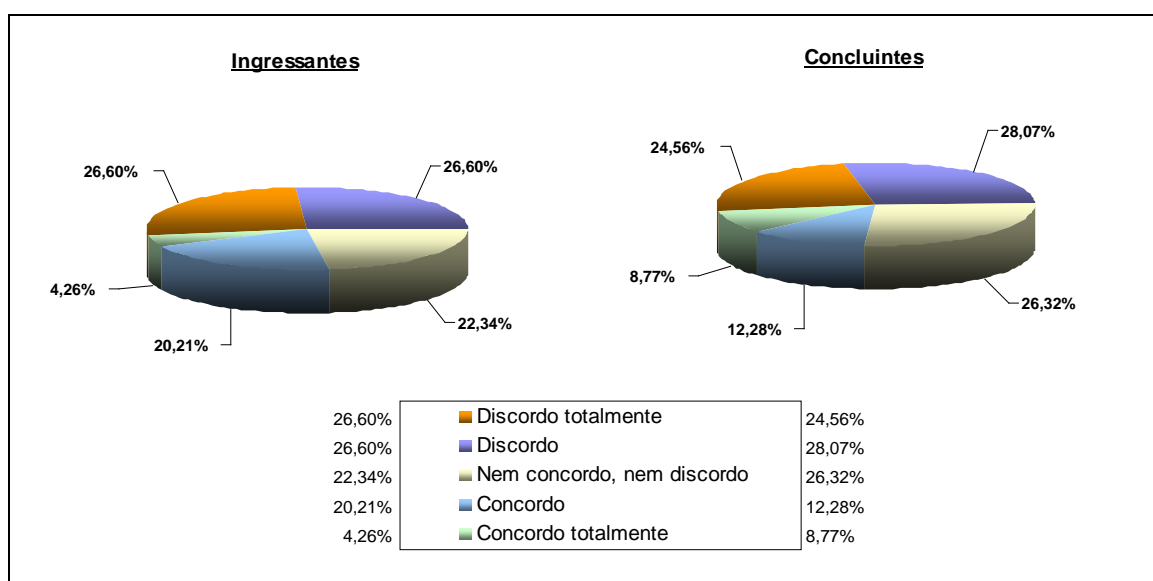
Após a aplicação de questões objetivas foi disposta uma série de afirmações com respostas baseadas na escala Likert. A primeira delas fazia referência à frequência de acesso aos mecanismos de controle social à disposição dos cidadãos, conforme disposto no Gráfico 6.

Os resultados apresentados pelas duas categorias de respondentes foram similares. Cerca de 53% dos alunos discordaram da afirmação. Tanto no caso dos ingressantes quanto no dos concluintes, o percentual de estudantes que concordaram com a assertiva de que acessavam com certa frequência os mecanismos de controle social não chegou a 25%.

Esse resultado reforça a necessidade de difusão de ferramentas como o orçamento participativo e o Portal da Transparência, que podem ser acessadas por qualquer cidadão através da *Internet*. No *site* do Portal da Transparência, por exemplo, são disponibilizadas informações sobre receitas e despesas, bem como *link* para realização de denúncia junto à Controladoria-Geral da União. Os universitários são peça importante nesse sentido e poderiam influenciar a atuação do Estado nas políticas públicas.

Entretanto, mesmo com a facilidade de acesso a determinados mecanismos, menos de 25% dos entrevistados de fato os utilizam. Uma possível causa para esse baixo índice seria a baixa divulgação dessas estruturas por parte do Estado.

Gráfico 6 – “Com certa frequência, acesso mecanismos de controle social que estão à minha disposição.”

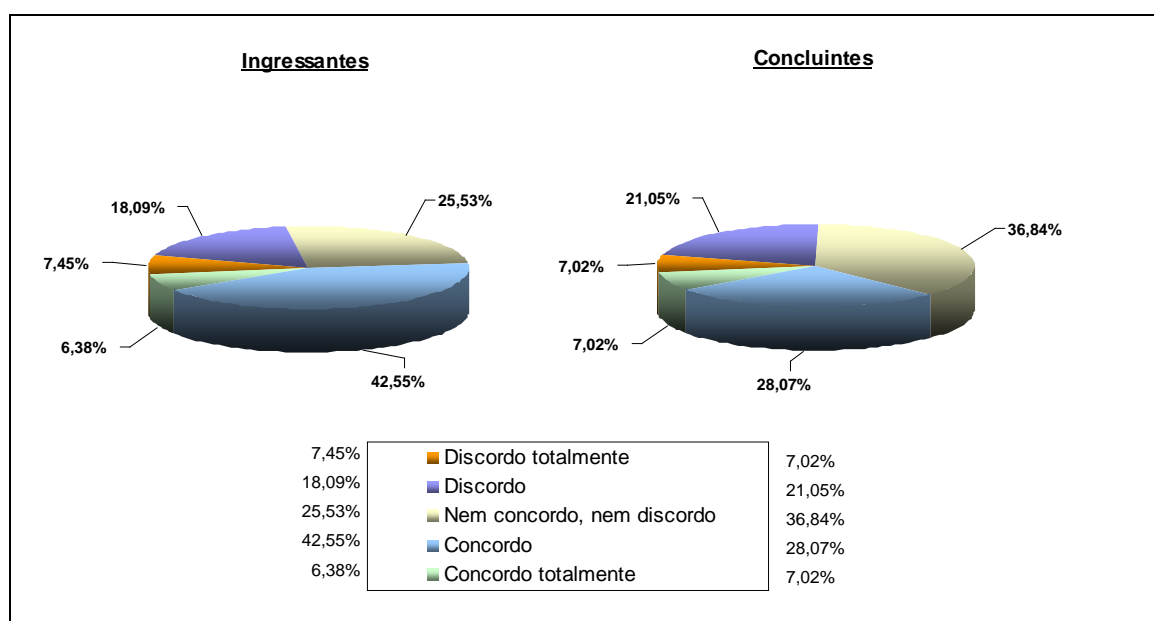


Fonte: dados da pesquisa

A segunda afirmação dizia respeito ao interesse do respondente em participar do controle dos gastos públicos, da elaboração do orçamento e dos mecanismos de controle social. A maior parte dos ingressantes (48,93%) de alguma forma é concordante com a assertiva. Já quanto aos concluintes, esse percentual alcançou apenas 35,09%.

Tal fato pode ser explicado pelo perfil dos respondentes do questionário. Como a grande maioria dos ingressantes se constitui de estudantes em tempo integral (vide Quadro 4), a disponibilidade de tempo no cotidiano dessa categoria é maior e pode explicar um maior interesse em participar do controle social. Os concluintes, pelo contrário, parecem se envolver em outras atividades, o que diminui o tempo disponível para essa participação.

Gráfico 7 – “Sou uma pessoa interessada em participar do controle dos gastos públicos, da elaboração do orçamento e dos mecanismos de controle social.”



Fonte: dados da pesquisa.

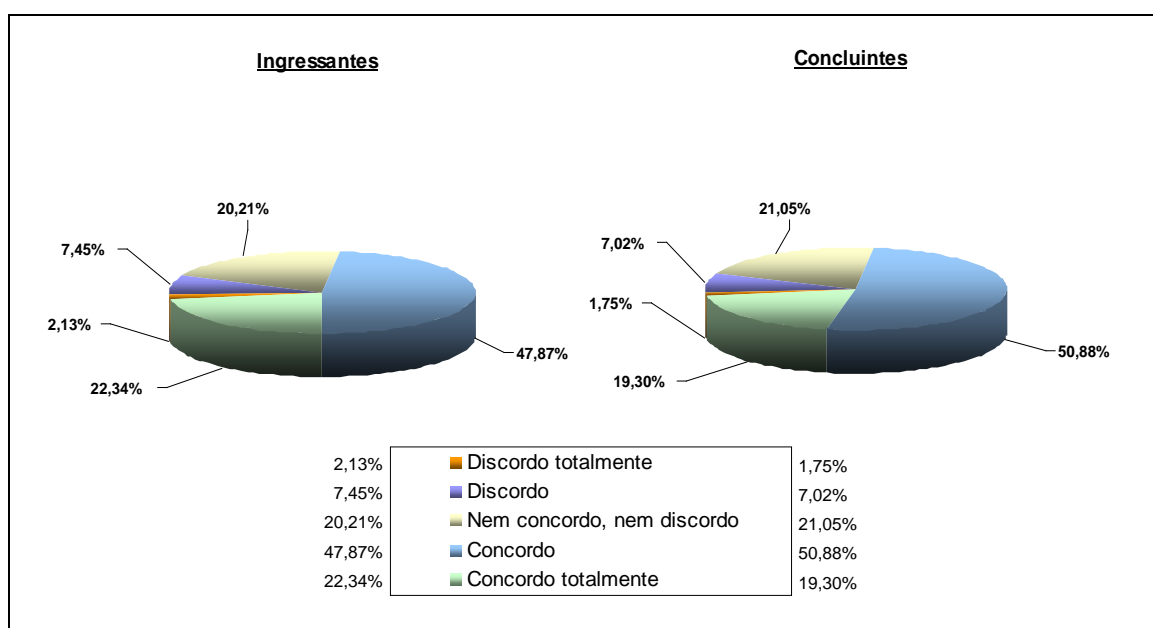
A terceira afirmação da escala Likert buscava conhecer a opinião dos respondentes sobre a contribuição de sua participação no controle social. Os resultados apresentados pelas duas categorias, conforme Gráfico 8, foram similares e cerca de 70% dos estudantes concordaram que sua participação no controle social pode melhorar a sociedade. Menos de 10% dos respondentes discordaram da afirmação.

Verifica-se que a grande maioria dos universitários acredita que sua atuação como cidadão traria benefícios ao restante da população, gerando melhorias na

sociedade. Apesar disso, nota-se, pelos resultados do Gráfico 6, que mesmo assim os mecanismos de controle social não são acessados na mesma proporção.

Os resultados do Gráfico 8 comprovam a necessidade de maior incentivo à participação dos cidadãos no controle social por parte de diversas instituições. Tanto o Poder Legislativo quanto os órgãos de controle e as próprias universidades são peças fundamentais na disseminação das ferramentas existentes e no estímulo dos cidadãos à sua efetiva utilização.

Gráfico 8 – “Minha participação no controle social pode contribuir, de alguma maneira, para a melhoria da sociedade.”



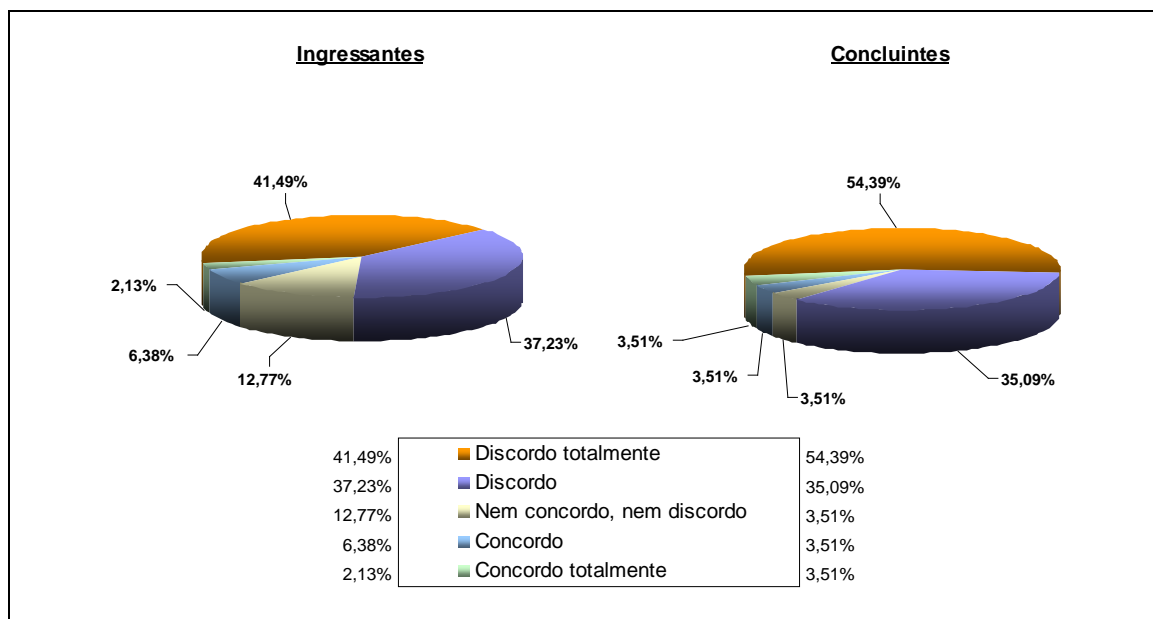
Fonte: dados da pesquisa.

A quarta assertiva referia-se à oportunidade de participação do respondente no orçamento participativo do Distrito Federal. Sem considerar os estudantes que não concordaram nem discordaram da afirmação, nota-se que a grande maioria dos ingressantes e dos concluintes discordou ou discordou totalmente da afirmação.

O resultado do Gráfico 9 mostra que ainda há espaço para divulgação do orçamento participativo (OP) entre os universitários. Na estrutura do OP do Distrito Federal, por exemplo, a votação para escolha de prioridades de cada região administrativa já é realizada pela *Internet* e pode ser feita por qualquer cidadão. Apesar dessa facilidade, nem mesmo essa etapa do orçamento participativo conta com a participação de grande parte dos respondentes do questionário.

O poder público, por ser o responsável pela estrutura do orçamento participativo, deve divulgar esse mecanismo nos canais disponíveis (televisão, rádio, *internet*, etc.). As universidades, por sua vez, também podem auxiliar nessa divulgação inserindo o tema em disciplinas como “Execução da Gestão Pública” e “Controle e Avaliação da Gestão Pública”, atualmente existentes no currículo do curso de Ciências Contábeis.

Gráfico 9 – “Já tive oportunidade de participar do Orçamento Participativo do DF de alguma forma.”



Fonte: dados da pesquisa.

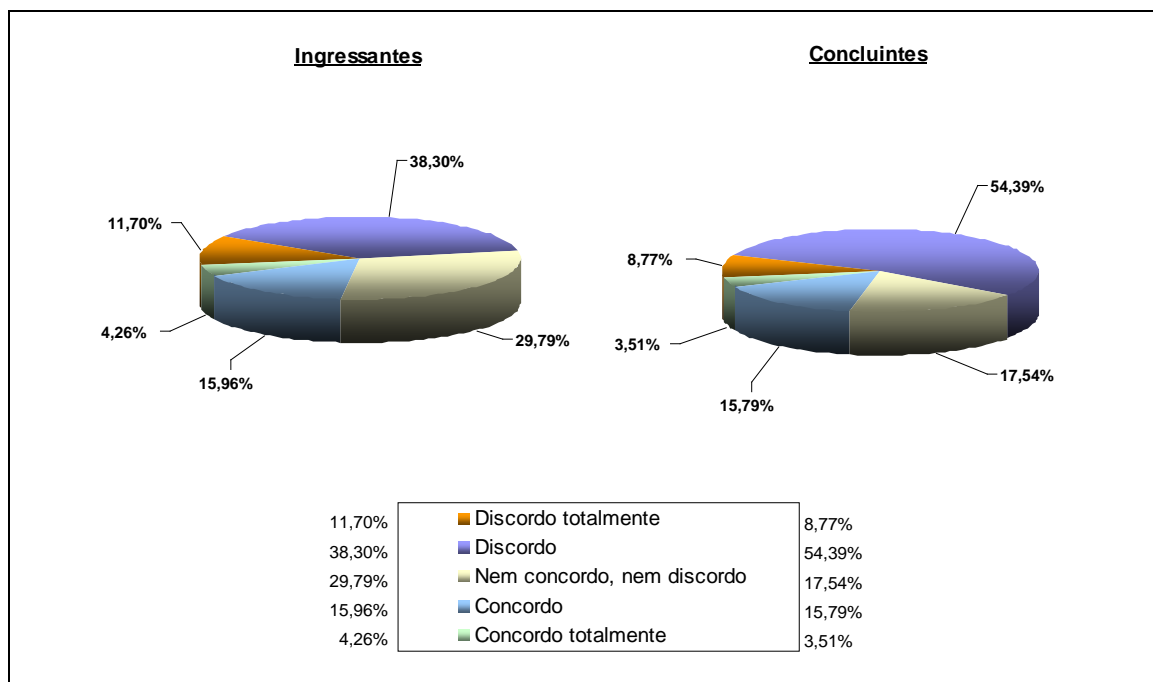
A quinta afirmação apresentada aos respondentes dizia que os mecanismos existentes eram suficientes e permitiam o exercício do controle social. Novamente, os resultados das duas categorias foram semelhantes.

Aproximadamente metade dos estudantes ingressantes e concluintes discordou da afirmação. Nas duas categorias, o percentual de alunos que concordou com a assertiva não chegou a 20%.

Os resultados do Gráfico 10 mostram que uma das justificativas para a pouca adesão dos estudantes ao controle social pode ser a insuficiência dos mecanismos para seu exercício. Entretanto, nas últimas questões notou-se que ainda não há o pleno uso das ferramentas existentes pelos universitários. A baixa difusão desses instrumentos, como o orçamento participativo e o Portal da Transparência, passa a idéia de que ainda faltam ferramentas para a atuação dos cidadãos na gestão pública.

Nota-se que mesmo com a existência dos mecanismos do orçamento participativo e dos conselhos participativos em políticas públicas, por exemplo, os respondentes do questionário consideraram que ainda faltam ferramentas para o exercício do controle social. Assim, uma maior divulgação dessas estruturas aos universitários traria benefícios não só para o Poder Público, como também para a sociedade.

Gráfico 10 – “Os mecanismos existentes são suficientes e permitem que eu exerça o controle social.”



Fonte: dados da pesquisa.

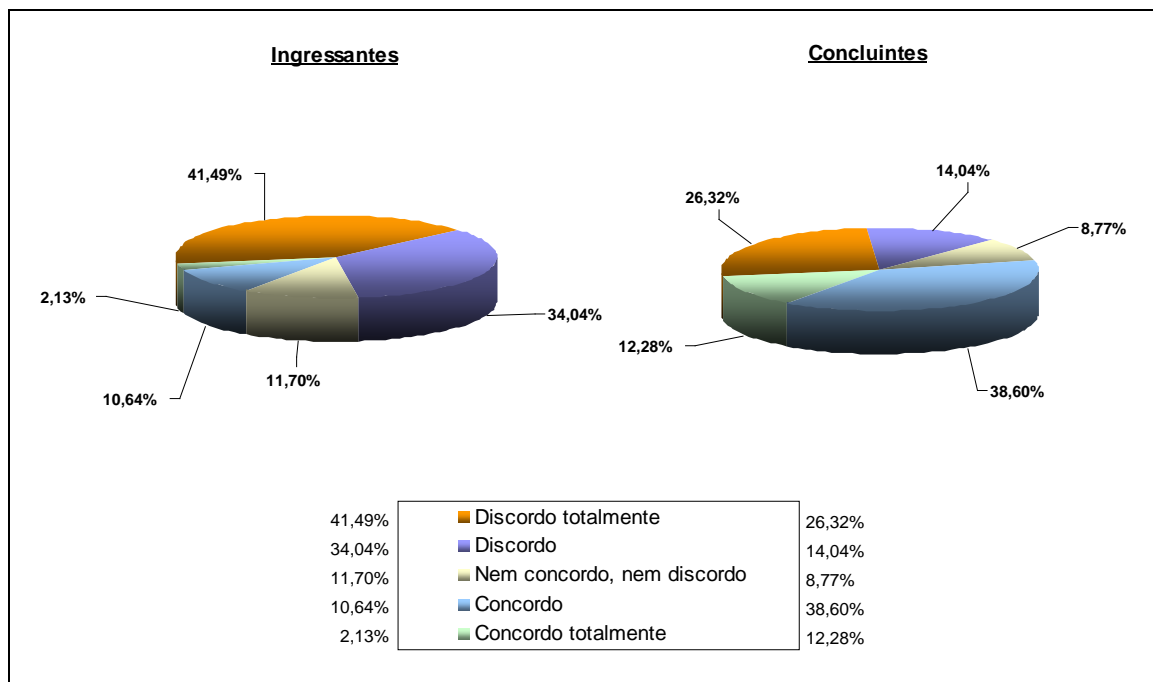
A sexta assertiva da escala Likert fazia referência à oportunidade de cursar disciplina que tratasse de controle social pelo respondente. Houve grande diferença entre a quantidade de ingressantes e de concluintes que responderam já ter cursado tal tipo de disciplina.

75,53% dos ingressantes afirmaram não ter cursado disciplina relacionada ao controle social, mostrando que ainda não tiveram acesso ao tema fora da instituição superior. Mais da metade dos concluintes, por sua vez, declarou não terem tido a oportunidade de cursar disciplina relacionada ao tema, apesar de já terem passado por três disciplinas relacionadas aos gastos públicos e ao emprego dos recursos.

Atualmente, o currículo do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Brasília possui três disciplinas obrigatórias que tratam do tema, quais sejam:

“Programação Fiscal e Financeira”, “Execução da Gestão Pública” e “Controle e Avaliação da Gestão Pública”. Além disso, já foram ofertadas as disciplinas optativas de “Administração Financeira e Contabilidade Pública”, “Auditoria no Setor Público”, dentre outras.

Gráfico 11 – “Já tive oportunidade de cursar disciplina que tratasse do tema Controle Social.”



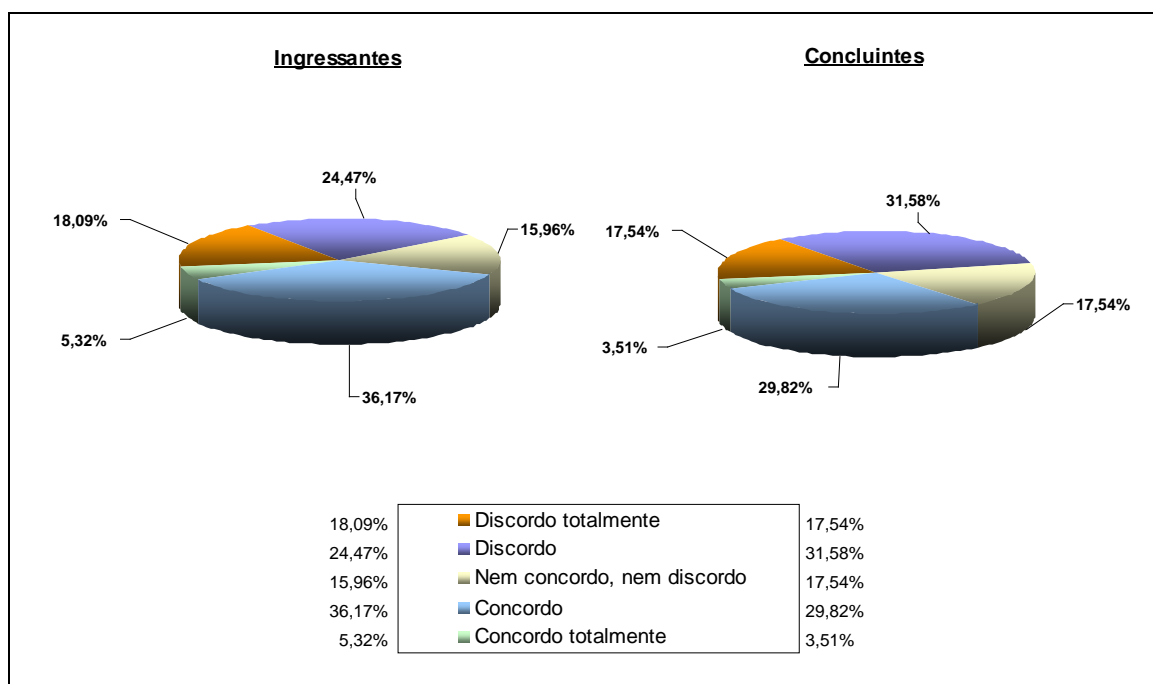
Fonte: dados da pesquisa.

Na sétima afirmação buscou-se conhecer quanto o respondente se sentia motivado por colegas e professores a participar do controle social. Neste tópico foi possível verificar que 41,49% dos ingressantes concordaram com a assertiva, enquanto 42,56% discordaram, mostrando uma igualdade entre concordantes e discordantes. Quanto aos concluintes notou-se uma diferença mais acentuada entre as opiniões, com 33,33% concordando com a afirmação e 49,12% discordando.

A diferença entre os dois resultados apresentados no Gráfico 12 foi considerável. As respostas dos ingressantes mostram que essa categoria se sente mais motivada a exercer o controle social do que a categoria de concluintes.

O tempo disponível dos novos alunos pode ser um dos responsáveis, bem como possuir efeito sobre a motivação entre os colegas. Além de possuírem maior disponibilidade para exercício do controle social, os ingressantes também podem utilizar seu tempo para incentivar os demais alunos e professores a utilizar os mecanismos existentes.

Gráfico 12 – “Enquanto estudante, sou motivado por colegas e professores a exercer a cidadania e participar do controle social.”



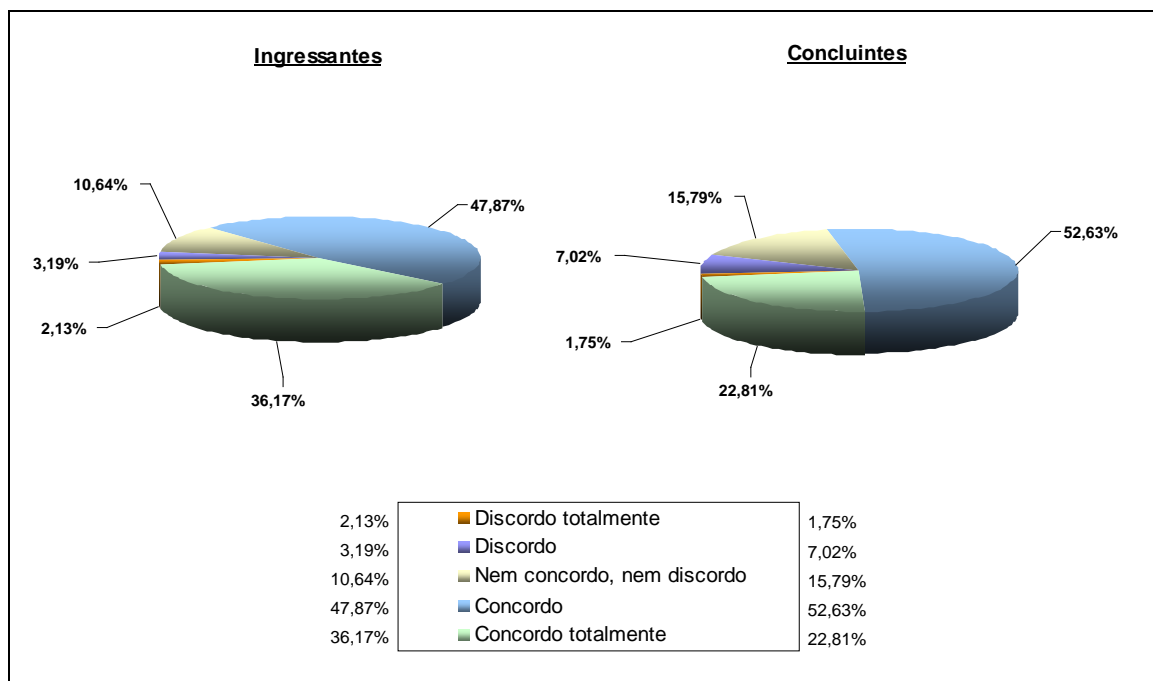
Fonte: dados da pesquisa.

A oitava assertiva fazia referência às manifestações populares. Em razão dos protestos ocorridos a partir de junho de 2013 tal questão foi incluída no questionário. As manifestações contaram com grande adesão da população brasileira, em especial de estudantes universitários, e conseguiram colocar em pauta diversas demandas sociais. Entre as principais destacam-se os altos gastos com eventos esportivos e os baixos investimentos em saúde e educação.

Na ocasião, as manifestações populares de fato mudaram a atuação do Poder Público e resultaram em redução da tarifa de transporte público em diversas cidades do país, em aprovação do projeto de lei que destina parcela dos royalties do petróleo para saúde e educação, em arquivamento da Proposta de Emenda à Constituição 37 (PEC 37, que retirava poderes de investigação do Ministério Público), dentre outros fatos.

Conforme dados do Gráfico 13, aproximadamente 75% dos alunos ingressantes e concluintes concordaram que esses movimentos podem mudar a atuação dos representantes da população. Menos de 10% dos alunos ingressantes e concluintes discordaram de tal afirmação.

Gráfico 13 – “As manifestações populares podem mudar a atuação dos representantes da população.”



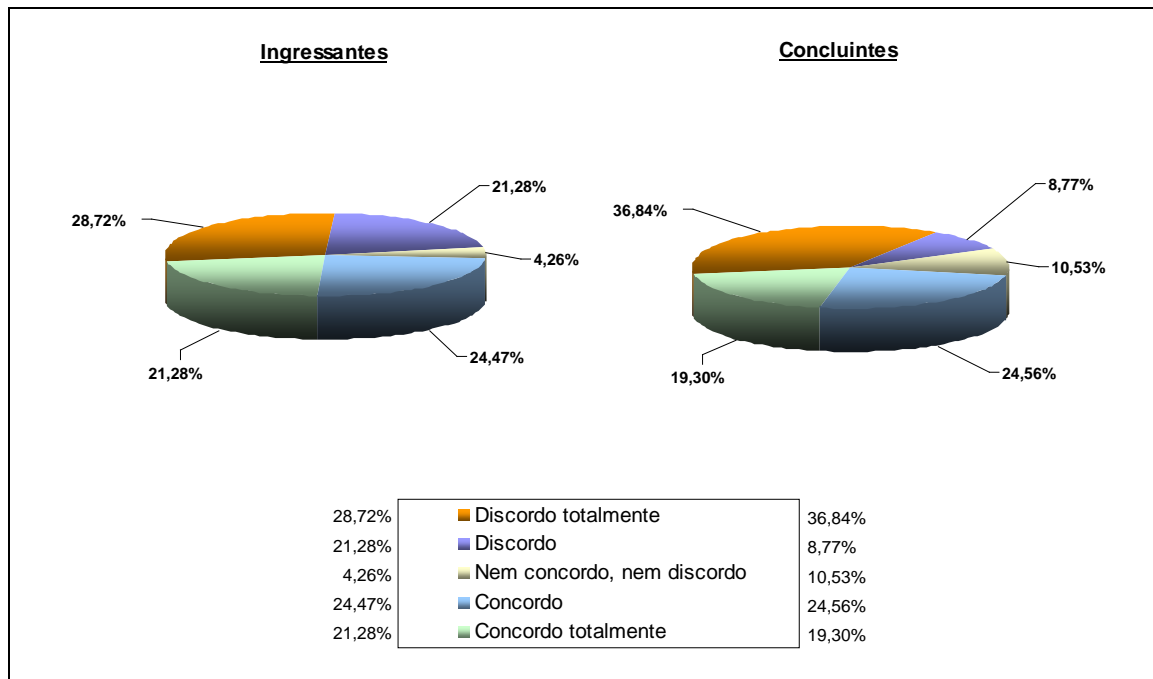
Fonte: dados da pesquisa.

A nona afirmação da escala Likert tratava da participação do respondente nas recentes manifestações populares ocorridas em vários estados do Brasil. 45,75% dos alunos ingressantes e 43,86% dos alunos concluintes afirmaram já ter participado desses protestos.

Em comparação com os demais resultados, esta questão mostra que as manifestações populares foram o mecanismo de controle social que mais contou com a participação dos universitários. A maior divulgação pela mídia e pela *Internet* e a facilidade de adesão da população aos protestos aumenta a quantidade de cidadãos adeptos.

Mesmo sem estrutura organizada e pré-definida, como o orçamento participativo e os conselhos de políticas públicas, o gráfico anterior mostra que os estudantes acreditam que os protestos podem mudar a atuação dos representantes da sociedade. Este fato pode contribuir para a maior adesão de pessoas, aumentando ainda mais a importância das manifestações populares como modalidade de Controle Social. No Gráfico 14 verifica-se que a participação dos universitários nos recentes protestos foi, de fato, significativa.

Gráfico 14 – “Já participei de alguma das recentes manifestações populares.”

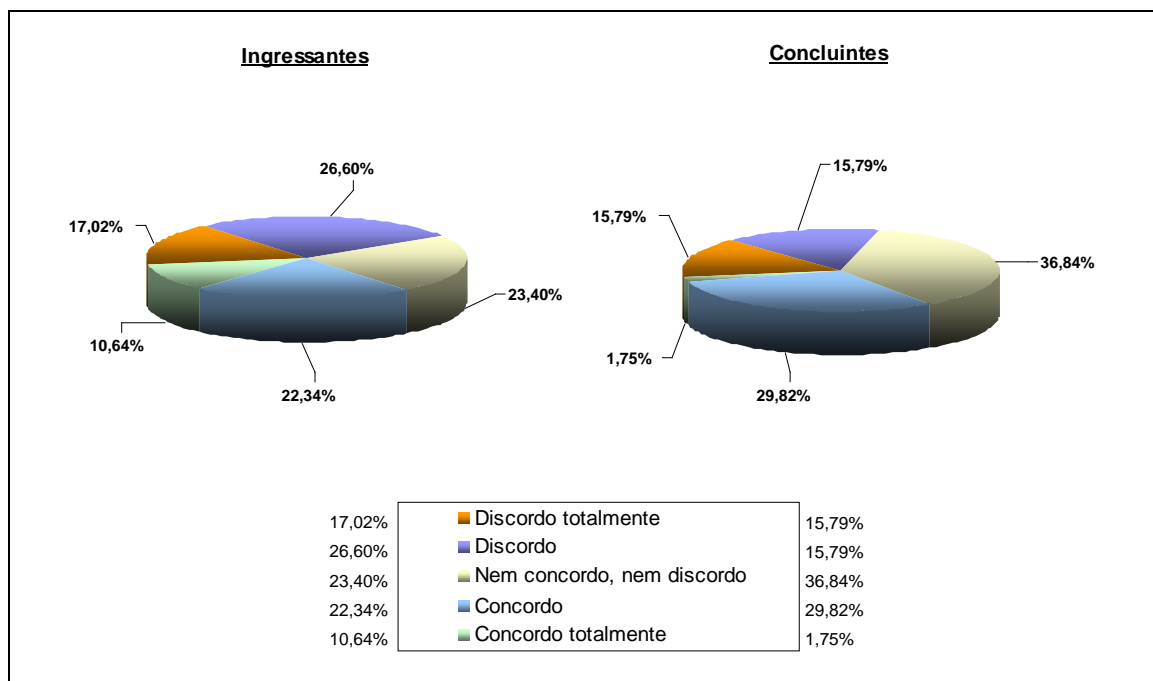


Fonte: dados da pesquisa.

A décima assertiva dizia respeito ao incentivo dos estudantes a seus colegas para que exerçam o controle social e seu papel de cidadãos. Na categoria de ingressantes, 32,98% concordaram que são entusiastas em controle social e que incentivam colegas a participarem, enquanto 43,62% discordaram. Já nas respostas dos concluintes, pouco menos de um terço concorda que é um cidadão que incentiva pessoas próximas a participarem do Controle Social, enquanto 31,58% discordaram da afirmação.

O resultado do Gráfico 15 mostra que menos de um terço dos universitários auxilia na difusão dos mecanismos de controle social entre seus colegas. Verifica-se, dessa forma, que ainda há espaço para uma maior divulgação e orientação aos estudantes. Esse segmento da sociedade é peça fundamental para o efetivo controle dos gastos e das políticas públicas.

Gráfico 15 – “Sou entusiasta em controle social e incentivo meus colegas a participarem e exercerem seu papel de cidadãos.”



Fonte: dados da pesquisa

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho possibilitou conhecer o perfil dos alunos ingressantes e dos alunos concluintes do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Brasília. Através dessa divisão entre categorias foram analisadas as semelhanças e diferenças na participação dos estudantes no Controle Social, bem como no seu conhecimento sobre o assunto. Para subsidiar essa análise foram aplicados questionários com perguntas objetivas e perguntas baseadas na escala Likert aos discentes.

O questionário apresentou aos respondentes questões objetivas que abordavam o conceito de Controle Social, o Orçamento Participativo, o Portal da Transparência e os Conselhos Participativos. Já as questões baseadas na escala Likert faziam referência ao grau de participação e à efetiva utilização desses mecanismos pelos universitários, buscando conhecer sua percepção sobre o assunto e sua possível influência no Estado e nas políticas públicas.

Notou-se que há influência considerável da graduação no conhecimento dos alunos a respeito do tema “controle social” e dos mecanismos existentes. A diferença entre as respostas das duas categorias mostrou que com o decorrer do curso há uma evolução do conhecimento dos estudantes sobre os mecanismos do Orçamento Participativo, dos Conselhos Participativos em Políticas Públicas e do Portal da Transparência.

Os ingressantes que responderam ao questionário, em sua maioria, são estudantes em tempo integral e possuem maior disponibilidade de tempo para exercerem seu papel de cidadãos de forma efetiva. Já os concluintes demonstraram possuir maior conhecimento sobre o tema “controle social”, característica essencial de quem utiliza os mecanismos disponibilizados à sociedade. Esses atributos de cada uma das categorias comprovam que os universitários são cidadãos ativos em potencial e podem exercer importante influência nos gastos e políticas públicas.

Sugere-se que a existência das disciplinas obrigatórias de “Programação Fiscal e Financeira”, “Execução da Gestão Pública” e “Controle e Avaliação da Gestão Pública” na graduação pode estar produzindo efeitos consideráveis no conhecimento dos universitários sobre a gestão pública e alguns mecanismos de Controle Social. Assim, pode-se considerar que o curso de Ciências Contábeis da Universidade de Brasília é um importante mecanismo de desenvolvimento da cidadania e da sociedade.

No entanto, apesar de ser notório o aumento do conhecimento dos alunos sobre controle social durante o curso, a efetiva participação e a utilização dos mecanismos não demonstraram grande evolução. As duas categorias apresentaram resultados semelhantes, mostrando que mesmo após a graduação os universitários não utilizam de forma efetiva todas as ferramentas de controle existentes.

Dessa forma, deve ser analisado o motivo da baixa adesão dos universitários ao controle dos gastos e das políticas públicas. Uma das causas prováveis é a pouca divulgação de como o cidadão pode intervir nas ações estatais. A difusão dos mecanismos de controle social deve ser feita tanto pelo Estado e seus órgãos de controle, como também pelos próprios cidadãos e pelas Universidades.

As demandas prioritárias da sociedade nem sempre são consideradas pelos gestores públicos, fazendo com que a participação dos cidadãos adquira grande importância. A grande maioria dos respondentes do questionário aplicado concordou que sua participação no Controle Social traria benefícios à sociedade. Isso mostra que caso a presença dos cidadãos no orçamento participativo ou nos conselhos de políticas públicas se tornasse um hábito, a atuação do Estado poderia se tornar mais eficaz e condizente com as demandas sociais.

O interesse público deve nortear a atuação do poder público, que age por meio de seus agentes visando o atendimento das demandas da sociedade. Os estudantes possuem a capacidade e podem fazer com que o Estado de fato busque atender as prioridades dos cidadãos por meio do Controle Social e de suas ferramentas. Assim, o baixo índice de utilização dos mecanismos deve ser analisado para que a participação dos universitários na gestão pública se reverta em mais benefícios para a sociedade.

Como sugestões para continuidade da pesquisa, este estudo poderia ser desenvolvido em instituições de ensino superior privadas, a fim de se promover uma comparação entre o grau de aderência dos universitários com aspectos acadêmicos diferentes.

Outra possibilidade de continuidade do estudo é a aplicação do questionário com alunos antes e depois de cursarem as disciplinas de “Execução da Gestão Pública” e “Controle e Avaliação da Gestão Pública”, com o objetivo de identificar a influência dessas disciplinas no conhecimento e adesão dos universitários aos mecanismos de controle social.

APÊNDICE A – Questionário aplicado

Prezado colega,

Sou aluno concluinte do curso de Ciências Contábeis e estou desenvolvendo TCC na área de Controle Social, sobre a participação dos estudantes da UnB enquanto cidadãos. Peço sua gentileza em responder o questionário abaixo, que não levará mais de 5 minutos. Aproveito para solicitar seu consentimento em incluir sua resposta na estatística total do estudo, lembrando que não é necessário se identificar em nenhum momento.

Desde já agradeço sua contribuição e, caso queira receber os resultados da pesquisa, favor disponibilizar seu e-mail: _____

Perfil do respondente:

1) Sexo: Masculino Feminino

2) Idade:

| | |
|--------------------------|------------|
| <input type="checkbox"/> | de 16 a 25 |
| <input type="checkbox"/> | de 26 a 34 |
| <input type="checkbox"/> | de 35 a 44 |
| <input type="checkbox"/> | 45 acima |

3) Turno: Diurno Noturno

4) Forma de ingresso na Universidade:

| | |
|--------------------------|---------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> | Vestibular |
| <input type="checkbox"/> | ENEM |
| <input type="checkbox"/> | PAS |
| <input type="checkbox"/> | Transferência obrigatória/facultativa |
| <input type="checkbox"/> | Portador de diploma superior |

5) Sobre atividade profissional:

| | |
|--------------------------|-----------------------------------|
| <input type="checkbox"/> | Sou servidor ou empregado público |
| <input type="checkbox"/> | Sou empregado de empresa privada |
| <input type="checkbox"/> | Sou autônomo/empresário |
| <input type="checkbox"/> | Sou estagiário |
| <input type="checkbox"/> | Sou estudante em tempo integral |

A respeito de seu conhecimento sobre os mecanismos de controle social, responda:**6) Em sua opinião, qual das alternativas abaixo melhor conceitua controle social?**

- O controle social constitui um conjunto de normas criadas pelo Estado para resguardar a soberania do Poder Público.
- O controle social é o processo responsável pela tomada de decisão política e estabelecimento das diretrizes estratégicas quanto às ações estatais.
- O controle social consiste na participação dos cidadãos na gestão pública, intervindo na tomada da decisão administrativa e orientando a Administração para que adote medidas que realmente atendam ao interesse público.
- O controle social está inserido no âmbito do controle interno da Administração Pública e é exercido pelos órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU).
- Não sei o conceito de controle social.

7) Sobre o orçamento participativo da sua cidade, responda (assinale apenas uma alternativa):

- Conheço o funcionamento do orçamento participativo do DF e já participei das reuniões plenárias na minha região administrativa.
- Conheço o funcionamento do orçamento participativo do DF, porém nunca participei das reuniões plenárias na minha região administrativa.
- Não conheço o funcionamento do orçamento participativo do DF, mas tenho algum conhecimento sobre o tema “Orçamento Participativo” (já li a respeito ou já tive a oportunidade de estudá-lo).
- Não sei o que é orçamento participativo.

8) Você conhece o Portal da Transparência, organizado pela Controladoria-Geral da União (CGU)?

- Sim Não

8.1) Caso sua resposta anterior tenha sido positiva, responda (assinale apenas uma alternativa):

- Acesso o Portal da Transparência com relativa frequência.
- Acesso o Portal da Transparência de forma esporádica.

- () Acesso o Portal da Transparência raramente.
- () Conheço o Portal da Transparência somente por ter ouvido falar, mas nunca o acessei.

9) Sobre os conselhos participativos no DF (de saúde, de educação, entre outros), responda (assinale apenas uma alternativa):

- () Conheço o funcionamento de algum conselho participativo no DF e participo de suas reuniões.
- () Conheço o funcionamento de algum conselho participativo do DF, porém não participo de suas reuniões.
- () Sei o que são os conselhos participativos, porém não conheço o funcionamento dos conselhos do DF e não participo de reuniões.
- () Já ouvi falar sobre conselhos participativos, mas, concretamente, não sei o que são.
- () Não sei o que são e nunca ouvi falar sobre conselhos participativos.

10) Você já acessou alguma das informações abaixo? (se necessário, assinale mais de uma)

- () Lei Orçamentária.
- () Relatório de Gestão Fiscal.
- () Emendas parlamentares ao orçamento.
- () Remuneração de servidores públicos.
- () Contratos firmados pela administração pública.
- () Prestação de contas do chefe do Poder Executivo.

Leia cada uma das sentenças abaixo e responda de acordo com a legenda.

| | Discordo totalmente | Discordo | Nem concordo, nem discordo | Concordo | Concordo totalmente |
|--|---------------------|----------|----------------------------|----------|---------------------|
| 1. Com certa frequência, acesso mecanismos de controle social que estão à minha disposição. | | | | | |
| 2. Sou uma pessoa interessada em participar do controle dos gastos públicos, da elaboração do orçamento e dos mecanismos de controle social. | | | | | |
| 3. Minha participação no controle social pode contribuir, de alguma maneira, para a melhoria da sociedade. | | | | | |
| 4. Já tive oportunidade de participar do Orçamento Participativo do DF de alguma forma. | | | | | |
| 5. Os mecanismos existentes são suficientes e permitem que eu exerça o controle social. | | | | | |
| 6. Já tive oportunidade de cursar disciplina que tratasse do tema Controle Social. | | | | | |
| 7. Enquanto estudante, sou motivado por colegas e professores a exercer a cidadania e participar do controle social. | | | | | |
| 8. As manifestações populares podem mudar a atuação dos representantes da população. | | | | | |
| 9. Já participei de alguma das recentes manifestações populares. | | | | | |
| 10. Sou entusiasta em controle social e incentivo meus colegas a participarem e exercerem seu papel de cidadãos. | | | | | |

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito administrativo**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2007.

AVELINO, Daniel Pitangueira de. **Democracia em conselhos: análise do processo decisório em conselhos nacionais**. Universidade de Brasília, 2012.

BLOCH, Julio Lobo. **Orçamento Público Brasileiro: A Tecnologia da Informação e Comunicação como Ferramenta de Transparência e Publicação do Orçamento-Cidadão**. Universidade de Brasília, 2013. 73 p. (Dissertação de Mestrado)

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília: Mare, 1997.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado**. Brasília: ENAP, UNESP, 2001.

CAMPOS, Anna Maria. **Accountability: Quando poderemos traduzi-la para o português?**. Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública, 1990.

CARNEIRO, C. B. **Conselhos de Políticas Públicas: desafios para sua institucionalização**. Brasília: ENAP, 2006.

CORBARI, Ely Célia. **Accountability e Controle Social: Desafio à Construção da Cidadania**. São Paulo: UniBrasil, 2004.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 20ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

DISTRITO FEDERAL. **Lei Orgânica do Distrito Federal**. Brasília: Câmara Legislativa do Distrito Federal, 1993.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2004.

MAFIOLETI, Beno Rogério da Silva. **Resgatando o cidadão na Lei de Responsabilidade Fiscal: o planejamento e a transparência como estratégia de participação social**. Brasília: ESAF, 2005.

MARTINS, Maria Lucimar Pereira et al. **O Exercício da Participação Popular e o Controle Social: Um Estudo a partir das pré-conferências Municipais de Assistência Social de Londrina.** In: 3º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil, 2007.

OLIVEIRA, V. C. Comunicação, informação e participação popular nos conselhos de saúde. **Revista Saúde e Sociedade** v.13, n.2, p.56-69, 2004.

PIRES, Valdemir. **Orçamento Participativo.** 1ª ed. São Paulo: Manole, 2001.

RAICHELIS, R. **Democratizar a gestão das políticas sociais – um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil.** Brasília: ENAP, 2000.

REIS, Danilo Adelwal Mendes. **O controle popular do dinheiro público.** Monografia apresentada na Faculdade São Luís. São Luís: 2006.

REZENDE, Ricardo Borges de. **Processo de Prestação de Contas e Controle Social por meio da Pesquisa Participante: Uma análise do Conselho Municipal de Saúde do Município de Anápolis-Go.** Brasília: 2013.

SANTANA, Ed Wilson Fernandes de. **A utilização da informação contábil como um instrumento de controle social dos municípios paraibanos com mais de 50.000 habitantes.** João Pessoa: 2008.

SANTOS, José Erimar dos. Geografia dos protestos e meio comunicacional: redes sociais digitais e manifestações populares. Recife: **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, 2013.

SOUZA, Ubiratan de. **Orçamento participativo: A experiência de Porto Alegre.** 1ª ed. Rio Grande do Sul: Fundação Perseu Abramo, 2006.